

A "NOVA" ESCOLA DE ARTES VISUAIS

UM COMPROMISSO DO ALUNO COM O SEU TEMPO

EMBORA projetos, planos e dinheiro sejam palavras aparentemente desprezadas por muitos artistas plásticos, quem se dispuser a cursar a Escola de Artes Visuais do Parque Laje deverá, na medida de sua capacidade, adequar-se à nova realidade da instituição.

— O que acontecia aqui na Escola na década passada era um desabafo da própria década, uma extensão do Pier. Se a praça está fechada, o Parque Laje estava aberto, temos alunos aqui há seis, sete anos, para quem a Escola é um útero, um lugar bonito, com empada gostosa, cigarro do amigo, e não um lugar de passagem, de produzir, de chegar a uma opção de vida. Nossas novas proposições são fruto de um amadurecimento de concepção até do que seja arte.

O desabafo vem de Rubem Breitman, diretor da Escola de Artes Visuais do Parque Laje, que desde março vem tentando implantar uma nova mentalidade, cuja síntese pode significar a ligação do artista com sua história e com o seu tempo. Ao lado de Luiz Carlos Ripper, responsável pela oficina de cenografia, e assessor da direção, os dois falam de mudanças e do que pretendem.

— Resolvemos didatizar a Escola, que por ser livre e de arte já encerra dificuldades na própria definição. Acharmos, porém, que existe uma diferença entre ser livre e ter liberdade, e já que as pessoas procuram a Escola devem ter uma necessidade de arte e estar dispostos, no mínimo a estudar um pouco.

Se à direção anterior de Rubens Guerchman coube — segundo a gestão atual — romper um academicismo do século XVIII — pretende-se agora propor uma metodologia contemporânea do ensino de arte dentro de uma Escola livre.

— Não damos diplomas, o aluno não faz provas, e enquanto as outras escolas organizam o tempo do aluno, aqui ele organiza o tempo dele. Mas se antes aqui tudo era indefinido — o aluno ficava o tempo que queria, sem se propor a coisa alguma — exigimos agora que ele se comprometa com o tempo. Não ficar mais esperando que alguma coisa lhe aconteça, mas fazer acontecer. Ou seja, uma responsabilidade com ele aluno, com sua história e com o tempo.

Em consequência a Escola de Artes Visuais começará a funcionar

12 meses por ano, já a partir de janeiro, além do curso de férias.

— As férias do artista devem vir depois do resultado de uma produção. Por isso, aqui ele próprio marca as férias, não depois das provas, mas depois de uma busca do belo, do prazer, afinal o objetivo do artista. Mas por que férias pré-fixadas, obrigar o aluno a uma interrupção, se a arte, o processo artístico não pára?

Para Luiz Carlos Ripper, a Escola de Artes Visuais deve ser um espaço de ação produtiva, e para isso a Escola está especialmente equipada, tem — diz ele — os melhores ateliers da cidade — os itens mais caros para os artistas. É, portanto, importante que a comunidade artística use essas oficinas de trabalho, e não as desperdice como lazer, fuga, útero. Ele deve produzir.

Dividida em três turnos — o aluno escolhe o horário, a Escola oferece três níveis de aprendizagem. No primeiro, há oficinas permanentes para iniciantes, sem noções de produção. Neste nível o aluno tem aulas práticas (oficina da cor, representação bidimensional e tridimensional) e teóricas (teoria da

comunicação, da percepção, semiologia e antropologia). No segundo nível, o aluno já tem alguma experiência artística e escolhe uma oficina especializada, enquanto no terceiro nível funcionam por enquanto oficinas de cenografia e audiovisual, com planos para instalação de animação, vídeo, ativação da gráfica e curso de luminotécnica.

Entre opções teóricas e práticas (fotografia, pintura, xilogravura, litografia, gravura em metal, etc.) os alunos se comprometem a fazer trabalhos, individuais ou em grupo, e essa busca de um resultado é um dos pontos novos e críticos da Escola:

— Depois de um ciclo básico, o aluno se dispõe a fazer um trabalho no qual será acompanhado por um professor orientador. O aluno — explica Ripper — só ou em grupo — delimitará o seu tempo para conclusão de um trabalho, definindo suas proposições, natureza do produto e — dado importante, mas sempre menosprezado — a quem o projeto se destina. A Escola é o grande atelier da cidade, e o aluno

aqui não está fora da realidade, pelo contrário, a partir daqui deve sentir a luta pela sobrevivência e seu enraizamento numa realidade.

Cercado de gráficos, mapas, planos, Luiz Carlos Ripper ressalta a importância do compromisso:

— Na minha opinião, alguém decidir ser artista é uma opção muito radical, a arte é cara e quando se opta por ela tem que se pensar na sobrevivência. O artista não deve ser um alienado, mas consequente e contemporâneo, não apenas um artista de domingo. Queremos um compromisso com o aluno e queremos um compromisso dele, e sobretudo não desejamos engrossar as fileiras da Feira Hippy. Individual ou em grupo os trabalhos devem ter uma repercussão comunitária, e fazer com que a arte seja necessária.

Embora Escola de Artes, a EAV, não se destina apenas a artistas ou futuros artistas, mas a todos que necessitem de alguma forma da arte em seu trabalho, como é o caso de uma psicóloga que realiza um projeto sobre arte e terapia, e faz o curso sem a menor pretensão artis-

tica. De qualquer forma, todos os projetos são acompanhados de entrevistas e relatórios trimestrais.

— Muitos artistas podem considerar isso uma violentação, um limite, mas em escola há disciplinas, senão não é escola. Os ateliers são livres, mas contêm parâmetros, que limitam certamente, mas limitam muito menos do que outras escolas, e de qualquer forma são parâmetros dos artistas.

Na busca do resultado, prático, teórico ou produto, visa-se três aspectos: cultural, experimental e financeiro, seja para o aluno ou grupo ou para a Escola.

Achamos o dado financeiro importante pois contribui para tirar a conotação de arte-vernissage, um coquetel para amigos e família. Afinal, o produto realizado deve destinar-se à comunidade e se não conseguirmos resolver os problemas aqui, pelo menos a gente coloca o problema para ser pensado.

Embora subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, Rubem Breitman pretende alcançar, a lon-

go prazo, uma auto-suficiência da Escola. Ripper complementa:

— Num país como o nosso, tudo é premente, e nunca vai sobrar dinheiro para cultura.

Por isso, cada aluno pagará Cr\$ 400 por mês, e como se pretende vincular cada vez mais a Escola à comunidade, sempre que for preciso os alunos poderão recorrer a pessoas fora da Escola para solidificar ou esclarecer alguns pontos:

— Em vez de criarmos ciclos de conferências cujos temas geralmente interessam apenas aos conferencistas, deixamos os alunos sentirem necessidades. Um grupo, por exemplo, queria saber mais sobre nós, e chamamos um marinho. Outro grupo precisava de uma base sociológica, chamamos então um sociólogo para vivenciar o trabalho com o grupo e localizá-lo em suas dificuldades.

Dissociar o binômio arte-elite?

— Acharmos difícil, porque a arte é realmente elitista, mas agora a EAV ampliará suas fronteiras do Baixo Leblon, conclui Rubem Breitman.

Foto de Hector, aluno da EAV, Grupo de Fotografia



Em uma velha casa de um parque semi-abandonado, renova-se a possibilidade de uma séria discussão entre "ser livre e ter liberdade" de criar

EM funcionamento já há alguns meses, uma nova Oficina na Escola de Artes Visuais: a da tecnologia alternativa. Como orientadores José Luis Ripper, arquiteto e doutor em Desenho Industrial, e Roberto Vershleisser, desenhista industrial definem os pontos principais desta oficina:

— Como meta, queremos realizar produtos utilizáveis, o que pode a princípio confundir-se com desenho industrial. Caberá aos alunos eleger o material, desenhar e detectar a que pessoas esses produtos se referem. Talvez o mais importante desta oficina seja detectar problemas reais, ou seja, inverter o processo industrial: em vez de impor necessidades, mostrar soluções.

Essas soluções, pelo menos entre aspas e temporárias, teriam como filosofia induzir a fazer, e não a comprar. A sugestão de produto, assim, seria não acabado e traria em si alternativas de execução pelo grupo que o utilizaria, alternativas de material e inclusive de modificar. Em síntese, um poder do usuário sobre o produto e não a dependência, cabendo ao usuário, construir, modificar, consertar, refazer.

Entre os produtos já feitos, está uma estrutura de buriti, material encontrado no próprio Parque Laje, resistente, leve, fácil de transportar. Se coberta por uma lona, é para barraca de camping nenhuma botar defeito.

— Aproveitamos — explicam os orientadores — o descompromisso da Escola com o lucro para dectar problemas reais, aspecto difícil de desenvolver em escritórios de desenho industrial.

Ressaltam o aspecto da imposição de certos materiais, como o vidro, por exemplo, fartamente utilizado na arquitetura, que poderia perfeitamente se não abolido, pelo menos ser utilizado com uma incidência bem inferior.

Esperamos que as oficinas de tecnologia alternativa consigam ser centros de reflexão, desenvolvimento e cristalização de projetos reais para as comunidades. Mas os produtos desenvolvidos por nós não serão industrializados e sim desenvolvidos também por quem for utilizá-los.

A partir do dia 7 de janeiro, uma exposição dos primeiros produtos alternativos dos alunos da EAV.